



Ensino & Pesquisa

Ensino & Pesquisa magazine is an interdisciplinary journal of the State University of Paraná (UNESPAR), Center for Humanities and Education. Its objective is to publish scientific articles focused on undergraduate and teacher education. Quadrennial Classification 2013-2016 - Teaching B1. (Preprints Policy-AUTHOREA Platform) ISSN: 2359-4381

<https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.1.69-79>



Narrativas de re(existências) de mães de pessoas transgêneros e suas lutas nos espaços escolares

Sandra Teixeira Fonseca, Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, Jornalista pela Universidade Bandeirante de São Paulo, sandrafonseca_jornalista@yahoo.com.br

Viviane Melo Mendonça, Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutorado na Università di Roma La Sapienza, vica2m@gmail.com

Resumo: Pessoas transgêneras são frequentemente invisibilizadas na história oficial de uma sociedade cisnormativa. Partindo desta premissa, o trabalho tem como objetivo trazer à luz da história pública a análise de narrativas de enfrentamentos e lutas de mães de pessoas transgêneros para legitimar a existência de suas filhas e filhos nos espaços de educação, desde os primeiros anos escolares até a formação superior. Teórico-metodologicamente nos fundamentamos na história oral e entrevistamos cinco mães que moram nas cidades de Campinas e Sorocaba, interior de São Paulo. Os resultados apontam que as intervenções das mães nos espaços de educação geram ações de resistência para o acolhimento das identidades nesses territórios. A pesquisa identificou que as escolas ainda tratam com distanciamento e dificuldade de acolhimento as questões de gênero e que se mostra urgente e essencial a construção de projetos políticos-pedagógicos que abarquem esse tema com toda a comunidade escolar, para assim, romper as barreiras de diferenças dentro de uma educação supostamente para todas e todos.

Palavras-chave: gênero; história pública; educação; transgêneros; mãe.

Narratives of re(existences) of mothers of transgender people and their struggles in school spaces

Abstract: Transgender people are often invisible in the official history of a cisnormative society. Based on this premise, the work aims to bring to the light of public history the analysis of narratives of confrontations and struggles of mothers of transgender people to legitimize the existence of their daughters and sons in education spaces from the first school years to the formation of higher. Theoretically and methodologically, we are based on oral history and interviewed five mothers who live in the cities of Campinas and Sorocaba, in the interior of São Paulo. The results show that the mothers' interventions in the education spaces generate resistance actions to reception identities in these territories. The research identified that schools still treat gender issues with detachment and difficulty and that it is urgent and essential to building political-pedagogical projects that address this issue with the entire school community to break the barriers of differences. Within an education supposedly for everyone.

Submissão: 2021-02-26 **Aprovação:** 2021-05-31. **Publicação:** 2021-05-31.

Introdução

A cismartividade nos espaços escolares é o tema deste artigo. Buscamos discorrer sobre narrativas de mães de pessoas transgêneros, analisando suas presenças, os desafios e as resistências que estão presentes nas lutas de seus filhos e filhas trans no campo da educação escolar. Teórico-metodologicamente nos fundamentamos na história oral, com a realização de entrevistas com cinco mães que moram nas cidades de Campinas e Sorocaba, interior de São Paulo.

A cisnormatividade é uma construção de poder que regulamenta e posiciona o sexo e a sexualidade com base exclusivamente na biologia dos corpos. A partir dessa matriz, os corpos são estigmatizados apenas pelos discursos morais criados e potencializados em torno do sexo, desconsiderando que os seres masculinos ou femininos também são resultantes de construções sociais históricas e culturais ao longo dos tempos. O gênero, portanto,

[...] não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino... o corpo é generificado, isso implica dizer que as marcas do gênero se inscrevem nele. Observa-se que ao menor sinal de um rompimento da estrutura estabelecida, [...] aqueles que escapam desse protótipo são rotulados e desrespeitados, quando não cerceados de viver. (FAERMANN, COSTA, COUTO, 2020. p.7)

Deste modo, a cisnormatividade se produz pelas normas de gênero estabelecidas social e culturalmente, constituindo-se de modo específico na afirmação de que o feminino ou masculino são definidos, compulsoriamente, em conformidade com a genitália da pessoa. Assim, cria-se um discurso de normalidade e naturalidade para as denominadas pessoas cisgêneros – isto é, aquelas que identificam seu gênero com o gênero designado ao nascer de acordo com a genitália.

Quando há o rompimento com as cisnormas, desestabiliza-se as estruturas de gênero estabelecidas, e estas identidades e corpos que não estão em conformidade a elas, definidos então como transgêneros, sofrem discriminação e violenta vigilância.

Considerando a cisnormatividade como um fator que regula e vigia os corpos também na escola, assim como os demais lugares de educação institucionalizada, o

presente artigo pretendeu analisar histórias de vida de cinco mães de pessoas transgêneros e seus enfrentamentos na comunidade escolar¹.

A educação foi tomada como um campo de análise para a compreensão do processo de constituição das trajetórias de filhas e filhos a partir das narrativas das cinco mulheres que colaboraram com a pesquisa. Para as mães, trazer essas narrativas das problemáticas, enfrentamentos e lutas nos espaços escolares é mais um ato de (re)existência em suas vidas, que reafirma e legitima a existência e participação ativa de suas filhas e filhos na sociedade, mas também na escola, em particular, como espaço político e de poder.

Diante do exposto, a história oral como fundamento teórico-metodológico é uma abordagem potente que nos direciona para a escuta de narrativas de histórias de vida. Partimos da perspectiva de José Carlos S. B. Meihy (2006, p.168) que afirma que “[a] história oral [...] pode ser de todos, mas preferencialmente tem sido feita sobre grupos menos contemplados pela história oficial. Paradoxalmente é para a maioria das pessoas que a história oral tem sido elaborada [...] A história diz respeito à coletividade”.

Nesse trabalho, por meio das vozes generosamente cedidas por mães de pessoas trans para narrar suas experiências, mergulhamos na escuta e olhar sensíveis sobre as histórias de vida. De acordo com Portelli (2016, p.31) essas narrativas e experiências “[s]empre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas[...]Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. Esse princípio nos levou a escuta das vivências de mães de pessoas transgêneros, a uma revisita às memórias destas vivências quando narradas,

...a gente olha pra trás e quanto mais fala melhor, porque as coisas vão se encaixando, mas não deixa de ser emocionante, porque a gente vê muitas dificuldades e toda a força dispensada pra superar, pra passar por cima de muita coisa, dar a volta por cima, se colocar, então, falar é importante e ter esse espaço de visitar a história e ver o quanto a gente já conseguiu progredir com tudo isso. (Renata, mãe da Amanda, criança trans. Entrevista feita em 24/01/20)

É bom a gente falar porque vai esquecendo das coisas. Quanto mais você aprende, mais você entende que tem que aprender (Brígida, mãe de Alex, adolescente trans. Entrevista feita em 29/01/20)

¹ Este artigo é parte da pesquisa de mestrado intitulada: Mães fora do armário: Travessias de Re(existências), negações, conflitos e lutas realizados durante o período de 2019 e 2020 no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal de São Carlos.

O processo intenso de produção de narrativas sobre o que foi vivido e revivido pelas mães, colaboradoras da pesquisa, e em diálogo com as pesquisadoras², constitui o engajamento necessário para a escrita de uma história coletiva e pública que visa a transformação da sociedade. É um processo intersubjetivo e de aprendizado mútuo.

Assim, as narrativas de re(existências) das mães trazem à luz a necessidade de debater e transformar a construção da educação em relação ao conhecimento de corpos e identidades, assim como promover a socialização entre eles dentro e no entorno do espaço escolar. Toda a construção sociocultural dos gêneros tem alicerces cisnormativos, por isso os corpos transgêneros, que desafiam essa construção, são estigmatizados e muitas vezes excluídos, afastando os transgêneros dos espaços de educação.

No entanto, também existem algumas práticas pedagógicas e certo envolvimento da comunidade escolar, que munidas de escuta, acolhimento e construção de saberes sobre as questões de gênero, mostram-se imediatamente positivas, como foi possível encontrar em algumas narrativas de experiências das mães entrevistadas:

Quando iniciaram as aulas de “Beatriz”, “ela” logo conheceu um grupo de estudantes dentro da universidade que discutia assuntos sobre sexualidade e gênero, o grupo acolhia a diversidade dentro da faculdade. “Beatriz” me contou “entusiasmada” sobre o contato com o grupo...pedi muito para que “ela” ficasse próxima a esse grupo dentro da universidade para estar mais “protegida”. (Irene, mãe de Thomaz, jovem transgênero. Entrevista feita 09/01/20)

A escola tentava ser acolhedora diante daquela situação, fazia trabalhos para tentar mostrar as diferenças e acolher. Nas atividades pedagógicas tentavam trabalhar o brincar, falavam que existem muitos tipos de brincadeiras e que ambas são para meninas e meninos, falava que meninos podem chorar, podem brincar de fazer comidinha igualzinho as meninas. [...] Na outra escola da Amanda, ela já não é a única criança transgênero. Quando soube de nossa história, outra mãe procurou a escola e a filha dela também foi acolhida lá. Eu fiquei muito feliz. Amanda tem mais uma amiga. (Renata, mãe de Amanda, criança transgênero. Entrevista feita em 24/01/20)

Com base no relato das duas mães e conforme descreve Goellner (2010, p.82), “[...] qualquer prática pedagógica se faz por meio da intervenção de pessoas concretas, cujas ideias podem tanto reforçar as exclusões, os preconceitos e as violências, quanto minimizá-

² Em respeito à identidade de gênero de suas filhas e filhos sempre usamos aspas nos pronomes pessoais “ele” e “ela” no momento de nos referirmos ao gênero designado ao nascer. Para preservar o anonimato das narradoras e de suas filhas e filhos, todos os nomes foram mantidos em sigilo e utilizamos nomes fictícios na transcrição e transcrição. Todas as entrevistadas assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. A submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética não foi requerida pelo PPGED, mas atendeu a todos os aspectos éticos de pesquisas desta natureza, sob a ética do indivíduo e das coletividades, tal como preza a UFSCar.

las”. Isso significa, que a escuta, o olhar, a abordagem e o acolhimento de professores, coordenadores pedagógicos, diretores e famílias para os gêneros, abrem um amplo território de quebra de barreiras das diferenças no espaço do conhecimento. É nisso que fundamentamos a importância de criarmos condições para discorrer sobre e discutir mais amplamente as narrativas produzidas pelas mães de pessoas transgêneros.

Mães Trans(formando) e re(existindo) à história do discurso de gênero na educação

Após deixar “o Evandro” na escola, fui até a diretoria e conversei com a Diretora: “Olha, eu sei que é uma novidade para vocês, para mim também é, mas precisamos atuar juntos, escola e família. “O Evandro” está trazendo cada vez mais forte essa questão do gênero, não se sente feliz mais em usar roupas de menino. Quero comunicar que a partir de amanhã pode ser que “ele” já apareça “vestido de menina”. (Renata, mãe de Amanda, criança transgênero)

Quando começamos a falar em sala de aula sobre o corpo, estamos automaticamente desafiando o modo como o poder se orquestrou nesse espaço institucionalizado em particular”. (HOOKS, 2017, p.183)

Pensar o gênero é pensar a identidade e é também pensar o corpo. Mas, nos espaços sociais, gênero e corpo continuam a ser silenciados e a escola não escapa desse silenciamento. A educação do silêncio permanece presente e viva nos núcleos humanos sociais mais importantes.

Conforme Louro (2000, p.14) “[as] incorporações motivadas pela escola são valorizadas pela sociedade. Um exemplo disso é a prática do silêncio na sala de aula, ou o modo como se sentar e ocupar determinado espaço”. O que a autora define é que o corpo é cercado de estigmas na escola, e qualquer gesto ou expressão que não corresponda ao que foi indicado para aquele lugar pode, ou não, sofrer repressão da instituição e da comunidade que a cerca. O que é designado pela escola, pode ser potencializado em outros espaços, como a família e núcleos religiosos, assim como da mesma forma, pode sofrer repúdios e silenciamentos. É uma via de duas mãos que deve ser negociada enquanto espaço de pertencimento e, direito.

Analisamos como as mães entrevistadas tiveram que interferir nos espaços de educação para que suas filhas e filhos conquistassem o mínimo de pertencimento àqueles lugares:

Quando “o Evandro” foi para o primeiro ano do ensino fundamental “ele” já começou a ser mais excluído do grupo, mudou de sala, horário, as crianças não aceitavam muito o jeito “dele”. Os dias se passavam e a situação piorava, “ele” começou a sofrer bullying físico, empurravam “ele” da escada. Ficou muito complicado. Quando eu ia buscar “o Evandro” na escola na sexta-feira “ele” já começava a chorar, porque tinha que voltar à escola na segunda. Na nova escola, eu conversei com a professora e coordenação sobre o interesse que “o Evandro” tinha pelas coisas de menina, o bullying que vinha sofrendo na outra escola. No primeiro dia que “Evandro” pisou na escola de vestido ele não queria mais usar o banheiro masculino e sem comunicar ninguém, simplesmente passou a usar o banheiro feminino. Iniciei uma batalha com a escola. (Renata, mãe da Amanda, criança transgênero. Entrevista realizada em 24/01/20).

Com base nesse relato pensamos o corpo enquanto espaço que ocupa por inteiro todos os lugares, assim como o território do conhecimento. As instituições de ensino seguem aderindo às práticas sociais que tem como base o silenciamento de corpos - corpos que rompem com “normas” pré-estabelecidas, que desafiam a cisnormatividade. Sobre isso, a professora e escritora estadunidense Bell Hooks descreve que:

As pessoas entram na sala para ensinar como se apenas a mente estivesse presente, e não o corpo. Chamar a atenção para o corpo é trair o legado de repressão e negação que nos foi transmitido pelos professores que nos antecederam, em geral brancos e do sexo masculino.... Para além da esfera do pensamento crítico é igualmente importante que entremos na sala de aula “inteiras”, não como “espíritos desencarnados. (HOOKS, 2017, p. 253).

Por essa experiência e constatação, pensamos que a práticas pedagógicas reforçam os estigmas sociais construídos. A sala de aula, os corredores e outros espaços da escola , os gestos e falas de educadora e educadores, a convivência cotidiana com colegas, vão produzindo constantemente um ciclo ordenado de normatização e vigilância, de divisão e exclusão, que é sofridamente vivido por pessoas que rompem as normas de gênero. Portanto,

[o] bservar os corpos de meninos e meninas; avaliá-los, medi-los, classificá-los. Dar-lhes, a seguir, uma ordem; corrigi-los sempre que necessário, moldá-los às convenções sociais. Fazer tudo isso de forma a que se tornem aptos, produtivos e ajustados - cada qual ao seu destino. Um trabalho incessante, onde se reconhecem - ou se produzem - divisões e distinções. Um processo que, ao supor "marcas" corporais, as faz existir, inscrevendo e instaurando diferenças. (LOURO, 2000, p.61)

Um exemplo simples para visualizarmos a divisão são as tradicionais filas de meninas e meninos: meninas de um lado, meninos de outro. Outra forma de divisão de

arquitetura dos gêneros e sexos é a separação de banheiros. Tudo isso, não apenas divide, mas também problematiza o que é homem e o que é mulher, quais os espaços de cada um. Vemos nessa questão o constrangimento da aluna ou aluno que não se identifica com o sexo biológico e tem outra identidade de gênero:

As visões encantadas acerca do papel transformador e redentor da escola têm sido fortemente desmistificadas. Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação (JUNQUEIRA, 2009, p.14)

Desse modo, muitas alunas e alunos transgêneros deixam de frequentar a escola por não “adequarem-se” ao espaço de construção de sujeitos a partir dos padrões estabelecidos pela sociedade. O espaço do saber, conhecido como de todos, se transforma em lugar de despertencimento, como afirmou Raimunda sobre sua filha:

Quando a Priscila deixou de estudar aos 16 anos, ela foi trabalhar em uma fábrica de sorvete, mas passou pouco tempo lá. Eu sonhava todos os dias que ela voltasse para a escola e terminasse até o terceiro colegial, mas hoje pensando, acho que escola também era uma tortura, só muito tempo depois ela voltou a estudar, fez supletivo e concluiu o colegial. Eu fico imaginando tudo que ela passou na escola. (Raimunda, mãe de Priscila, mulher trans. Entrevista feita em 22/10/19)

A escola que Raimunda, mãe de Priscila, narra como lugar de “tortura” para a filha, parece não ser o espaço dialógico, lugar em que o diálogo e a troca de saberes acontecem com olhar às diferenças e acolhendo-as para uma educação igual para todas e todos. Observamos a partir desse pensamento que a intervenção das mães em toda comunidade escolar, não só na instituição como também entre os pais, dessas e desses cinco alunas e alunos, é uma forma de trazer a escola para o diálogo quanto às questões de gênero, conforme encontramos no relato a seguir:

Escrevi um texto ao grupo de pais esclarecendo que a Amanda trouxe a questão da transexualidade à mim aos 2 anos e 8 meses de vida. Eu disse que para mim, foi muito difícil aceitar, contei que escondia brinquedos, que eu relutava muito, mas que realmente havia chegado a hora de eu escolher entre a vida e felicidade da minha filha ou deixar que ela desenvolva uma depressão, com alto risco de suicídio. Expliquei que Amanda vinha apresentando falas suicidas, de descontentamento com relação a identidade, com a vida, falas de questionamento sobre Deus. Me senti muito bem ao relatar para os pais a história da Amanda, mas também estava consciente de que a luta na escola não terminaria ali. (Renata, mãe da Amanda, criança trans. Entrevista feita em 24/01/20).

Nesse ponto localizamos nos relatos das mães forças para que suas filhas e filhos transgêneros sejam reconhecidos como “[s]er da intervenção no mundo (...) e por isso mesmo... deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de puro objeto” (FREIRE, 2000, p.119).

O caminho a partir dos posicionamentos e questionamentos analisados pelos relatos das mães ainda se mostra sinuoso, mas não irreversível, se for posicionado no campo da ação que Paulo Freire define como “esperançar”:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar, porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (FREIRE, 1992, p.9).

O verbo “esperançar” se relaciona com a mudança no papel de agentes indagadores e transformadores na escola e na família, para romper com as diferenças e desigualdades de gênero. É neste processo de ‘esperançar’ que parece estar os papéis protagonizados pelas mães no campo de mais re(existências) de filhos e filhas, tal relatado por Brígida e Renata:

Na escola, ainda no ensino fundamental 2, o Alex se assumiu como transexual... O sofrimento dele aumentou ao revelar, porque alguns amigos se afastaram dele. Uma vez a coordenadora pedagógica da escola me chamou para conversar e disse que o meu filho estava muito triste...Naquele dia, foi ela quem me disse que o Alex havia aberto a informação na escola. Ela me contou que ele procurou a direção para pedir que a escola promovesse alguma palestra sobre gênero para os alunos. Só que a própria coordenadora disse que não soube lidar com a questão, ficou de pensar no assunto e não deu a resposta para o Alex. Eu disse a ela que eu já tinha uma palestra pronta de um trabalho que eu havia feito na faculdade de psicologia e me ofereci para bater um papo com os alunos na escola. Ela nunca mais tocou no assunto.... O Alex terminou o ensino fundamental no fim de 2019. Ele prestou Vestibulinho na ETEC e passou na prova... cada dia temos que estar prontos para uma questão. No dia que fomos fazer a matrícula do Alex na ETEC, surgiu mais uma. A inscrição do vestibulinho foi feita pelo site e o Alex colocou o nome social. Quando veio o resultado do Vestibulinho estava constando o nome feminino. Fomos fazer a matrícula na unidade...explicamos para a atendente a questão do nome social...Na hora da matrícula, a atendente nos informou que como o resultado do vestibulinho veio constando “Janaina”, ela teria que deixar daquela forma e que o aluno deveria falar individualmente com cada professor. Eu discordei imediatamente e disse a ela: “Moça, meu filho vai começar em uma escola nova, como ele vai chegar em cada professor e explicar que é um menino transexual?” Ela falou que ira tentar, e então, a matrícula saiu com o nome social.... Percebe como o sistema é falho? Em todo o lugar você tem que viver se explicando. (Brígida, mãe do Alex, jovem trans. Entrevista feita em 29/01/20.)

Em 2019 tiramos o documento de identidade social da Amanda. Naquele ano, a matrícula da escola já foi feita com o novo documento, o novo nome. Lá tem dois senhores que trabalham auxiliando na inspetoria dos alunos, um deles... estava com muita dificuldade de chamar a Amanda pelo nome social. O mesmo aconteceu com uma professora, a Amanda chegava em casa reclamando que ela continuava a chamá-la de “Evandro”... Fiz um requerimento para que os trabalhos da minha filha, expostos na escola, fossem apresentados como Amanda. Também solicitei que a Amanda pudesse voltar a usar o banheiro feminino. Depois de uma visita da psicóloga da Amanda à escola, o colégio aceitou o meu pedido. (Renata, mãe da Amanda, criança trans. Entrevista feita em 24/01/20)

Com base nesses dois relatos, além da necessidade de diálogo diante das questões de gênero, o afeto é aqui expresso pelas mães como fator essencial de resistência às estruturas dominantes que fundamentam a educação. O afeto se produz nas ações concretas, na presença constante das mães, intervindo no cotidiano da escola por meio de palestras e reivindicações de respeito pela identidade e nome social de sua filha e filho em documentos, no uso de banheiro e de disponibilidade de informações.

Deste modo, as resistências ou (re)existências presentes nas histórias relatadas, parecem expressar, como descreve bell hooks, que

[s]empre que a dominação estiver presente, faltará amor...O amor jamais poderá se encaixar em uma relação fundamentada em dominação e coerção. Quando aceitarmos que o verdadeiro amor é fundamentado em reconhecimento e aceitação, que o amor combina com cuidado, responsabilidade, comprometimento e conhecimento, entenderemos que não pode haver amor sem justiça. Com essa consciência vem a compreensão de que o amor tem o poder de nos transformar e nos dar força para que possamos nos opor à dominação (HOOKS, 2020, p.116-150).

Compreendemos por meio da definição de Bell Hooks e das histórias narradas pelas colaboradoras e que chegam à história pública, a importância da família e escola organizarem situações de estímulos, construir canais de diálogos de aprendizagem sobre as questões de gênero, para que nenhum sujeito humano seja excluído e deixado às margens dos rios que atravessam a educação.

Conclusão

A história oral, que chega com a capacidade de promover ações políticas e sociais diante de sua potência de revelação por meio de narrativas, representa aqui mais um espaço de discussão de gênero e educação. A partir das histórias de vida das cinco mães de pessoas transgêneras, conclui-se pela urgência em se pensar a construção de projetos de educação que tragam as questões de gênero em sua prática.

Observamos ser a educação um dos principais contextos para se compreender a construção das identidades. Na educação básica e na universidade há a possibilidade de reunir uma ampla comunidade de aprendizagem (HOOKS, 2017) que promova conhecimentos, afetos e experiências, e desnaturalize as estruturas cisnormativas dos conceitos sociais de sexo e gênero.

A escuta de histórias e narrativas de pessoas transgêneras e sua família, assim como de toda a comunidade da escola e seu entorno, combinadas e articuladas com intervenções efetivas, pode produzir um diálogo cultural mais amplo que combata a discriminação de estudantes transgêneros. Segue, portanto, a importância da história oral na afirmação de Alessandro Portelli:

Precisamos combinar o melhor do envolvimento ativista com as pessoas e as comunidades e o melhor da metodologia “acadêmica”, de modo que o resultado dialógico do trabalho que produzimos conjuntamente não seja um mero espelhamento daquilo que a comunidade já sabe, mas uma articulação ulterior desse conhecimento e sua inclusão em um diálogo cultural mais amplo”. (PORTELLI, 2016, p. 24)

A história que chega por meio das narrativas dessas mães, que é aberta e pública, tem a potência de ser agente transformador dentro de uma educação que resiste em romper a estrutura separatista de gênero, fundada na cisnormatividade. Quebrar os alicerces das diferenças é um caminho longo, mas o que serão dos grupos não hegemônicos e subalternizados sem os caminhos movimentados pelas utopias?

Referências

- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira L. (Orgs). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172
- FAERMANN, L.A; COSTA, S.L, COUTO. C . Cisnormatividade, violência e instituição escolar. In: **Revista Conjectura, filosofia e educação**: Caxias do Sul, RS. v.25, ed. 020036,2020

- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 3 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- GOELLNER, S. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. In: **Revista Cadernos de formação**: Rio de Janeiro, V.1, n.2, 2010. p.82.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: Educação como prática da liberdade. São Paulo: Ed: Martins Fontes, 2017. p.183
- _____. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ed: Rosa dos Tempos, 2020. p. 116-125.
- JUNQUEIRA, R. D. Introdução – Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: (Org.). **Diversidade Sexual e educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas: Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2009. p.13-51.
- LOURO, G. **Gênero e Sexualidade**: Pedagogias contemporâneas. 2ª ed. Vol. 19. Campinas: Pro-Posições, 2008. p.23.
- _____. (Org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2a ed. 127p. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.61.
- MEIHY, J. C. S. B. Augusto e Lea: **Um caso de (des) amor em tempos modernos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006. p.168.
- PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.